

Dura? Vida doce

AS DECLARAÇÕES do general Garcia dos Santos sobre o financiamento dos partidos reforçaram uma convicção geral: ele é fonte de ilegalidade e de corrupção da classe política. A incapacidade de provar delitos públicos e notórios cria a ideia de que lei, justiça e diálogo são outros nomes da força.

A questão não é a birra de um militar ou uma quezília de dois ministros. Também não é um caso de polícia. A abulia da PGR [Procuradoria-Geral da República], uma espécie de máquina de arquivar evidências, é grave. A questão, porém, é política. É a relação entre a lei e os comportamentos, entre o dinheiro e o poder, entre os políticos e a sociedade.

Para o país, o efeito será catastrófico — a palavra “catastrófico” foi bem pesada — se as instituições políticas não se regenerarem, depressa e bem. Desde já, são vistas com suspeita e cinismo, os venenos da República.

Foi reactivada a bomba-relógio escondida no regime. A sua explosão terá efeitos antidemocráticos tão fortes quanto o Tratado de Amesterdão deixar. Ao primeiro abanão sério na União Europeia — e vêm vários a caminho —, uma classe política com fama de corrupta receberá a notificação de despedimento colectivo.

Até agora, os políticos inspiravam-se na Madame Mère, a mãe de Napoleão. Quando os filhos saltaram de nobrezcos corsos a reis da Europa, disse-lhes: “Pourvu que ça dure...”

Enquanto dura, vida doce.

A lógica da avestruz persiste. Só o Presidente da República teve a coragem de afirmar que o regime está caruncho. Para alguns, falou tarde demais. Da crítica, extraem a paradoxal conclusão: está tudo bem.

O Governo terá tido a percepção da necessidade de mudar a classe política. Para isso, aplicou um plano em três tempos: nova lei eleitoral, personalizando e localizando o sufrágio; quota de mulheres; e regiões. Surgiram novos políticos e novos centros de poder. Os partidos passaram a federações nacionais de grupos locais.

O plano está por terra. Falta falhar a regionalização. Excepto nos beneficiários directos, ela suscita indiferença ou rejeição. Ambas medrarão no actual clima. O remédio, porém, não curaria o caruncho. Porque esquece o cerne: o financiamento dos partidos. Aqui, a lei não é fiscalizada e convida à sua própria violação, legitimando a continuidade de uma corrupção pessoal e métodos duvidosos de financiamento partidário — reprováveis, mas eticamente diferentes daquela.

Começando hoje, vamos muito a tempo. Precisamos de um pacto para cumprir a lei. Pacto da sociedade e não só do regime. Regulará o financiamento partidário e sua efectiva fiscalização. Pode incluir uma amnistia de maus métodos políticos — mas não da corrupção pessoal —, em troca do efectivo respeito do direito. Quais as regras? E quase indiferente. Têm é que ser cumpridas e fiscalizadas.

Continuar como a Madame Mère é levar o lume à estopa. Devagarinho. ■



Luís Salgado Matos

UM DIA POR SEMANA

Uma súbita serenidade

António Mega Ferreira

Mas tudo isto não chega para transformar o triunfo de Saramago numa qualquer vitória colectiva. Só o escritor sabe como o processo de escrita lhe é íntimo e vital. É por isso o que distingue a obra de um escritor é a circunstância única da sua criação, a marca inconfundível do seu trabalho e do seu talento, a radical solidão do seu compromisso. O prémio de Saramago é, nu e inteiramente, dele. Pensar isto dá-nos uma súbita serenidade. É uma mais rigorosa, autêntica e solidária forma de assistirmos, emocionados, ao triunfo que lhe pertence.

Está um homem de pé numa das salas assépticas do aeroporto de Frankfurt, junto a um escapatote onde se amontoam jornais alemães, naquele estado semiletárgico que ataca qualquer humano antes de enfrentar mais um episódio do desigual e infundável combate entre a criatura e o voo, quando o seu telemóvel (ainda ligado por imperdoável descuido) lhe dá, na voz perturbada do seu editor, a notícia de que acaba de ganhar o Prémio Nobel de Literatura.

Irresistivelmente, este começo faz-me lembrar o princípio de um conto de John Cheever, que cultivou como ninguém a arte de banalizar o inimaginável. Se juntarmos a esta situação descolorida os nomes dos protagonistas, o do homem e o da voz do telemóvel, o quadro é quase picaresco, por insólito, e insólito, por inédito. Porque a história aconteceu na semana passada a José Saramago e a notícia foi-lhe dada, possivelmente com circunspecta sobriedade só levemente temperada pela excitação, por Zeferino Coelho.

Interrogado horas mais tarde sobre o que tinha sentido, Saramago, Prémio Nobel da Literatura de 1998, confessou que teve pena de não estar com a mulher. Imagina-se que lhe tenha telefonado imediatamente, se é que o embaraço dos códigos internacionais não lhe inviabilizou a operação. Depois, disse Saramago, foi tomado por uma “súbita serenidade”. Imagino que, num mundo tão impessoal como o do aeroporto de Frankfurt e em situação tão singular como a sua, o escritor não tivesse margem para grandes expansões de alegria. A serenidade convém ao momento e seria apenas esteticamente correcta se não fosse, acima de tudo, pungentemente plausível.

Compreendo que José Saramago tivesse querido estar acompanhado por Pilar del Rio, sem a qual, francamente, já não consigo imaginá-lo nestes anos felizes da sua vida de homem e de escritor. Mas vejo na circunstância um privilégio, uma distinção rara, que poucos podem almejar na vida: quis o destino — coisa em que nem ele nem eu acreditamos, a não ser literariamente — que, no momento da vitória, o escritor ficasse só, irremediavelmente só, para poder viver em absoluto a esplêndida solidão dos vencedores.

Não tenho dúvidas de que José Saramago alimentou durante anos a esperança ou, ao menos, a discreta ansiedade daqueles que se sabem elegíveis para o Nobel. Quaisquer que sejam os méritos da Academia Sueca, por muito que se lhe conteste o acerto de algumas escolhas (nunca perceberei a de Dario Fo, em 1997), o Prémio Nobel da Literatura é tão-só o mais importante prémio literário do mundo. Dele se pode dizer o mesmo que um académico escrevia em 1855, a propósito da Academia francesa: que ela “acolheu no seu seio tantos grandes homens quantos os que deixou à porta”. Pouco importa. Não deve haver escritor que não tenha, ao menos uma vez na vida, sonhado com a hipótese de lhe ver atribuído o Nobel.

No caso de Saramago, quero acreditar que, após tantas indigitações, ameaças e quase vitórias, o caso Nobel já fosse muito mais uma coisa de um passado impossível. Imagine-se a violência da situação: um homem está de pé numa daquelas salas assépticas do aeroporto de Frankfurt quando...

Acontece. Finalmente acontece que o Nobel tantas vezes reclamado coube a um escritor português. Confesso que nunca percebi porque é que os portugueses fizeram desta questão do Nobel um assunto de amor-próprio seu e da língua portuguesa.

Vamos primeiro à língua. O Nobel pouco ou nada tem que ver com a língua. Não foi com certeza para consagrar a língua italiana (já distinguida, se fosse esse o critério, em 1907, 1926, 1934, 1959 e 1975) que Dario Fo foi escolhido no ano passado; e duvido que a homenagem à língua búlgara tenha movido a Academia sueca quando recompensou um dos maiores escritores deste século, o grande Elias Canetti — que aliás escrevia em alemão.

A questão da omissão é diferente e, a meu ver, ainda mais prosaica. Porque é que Torga não ganhou o Nobel? Ora, porque Borges também não ganhou; nem Nabokov; nem Yourcenar; nem... Por cada Nobel atribuído há, pelo menos, um que fica por atribuir. A questão é outra: acredito que a escassa expressão internacional dos autores de língua portuguesa tenha contribuído para que, até agora, nenhum deles tivesse ganho um Nobel da Literatura. Menos que a língua, foi a indiscutível periferia cultural dos países que falam português que os impediu de ter acesso a públicos mais vastos. E aí, só aí, é que o problema da língua se coloca.

Quer isso dizer que a situação mudou? Sim, sem juízos de valor. O centro alargou-se e as culturas periféricas, neste caso as dos países que mais visivelmente as simbolizam (Portugal e o Brasil), ganharam peso acrescido nas suas áreas geopolíticas de influência.

Mas tudo isto não chega para transformar o triunfo de Saramago numa qualquer vitória colectiva. Só o escritor sabe como o processo de escrita lhe é íntimo e vital. E por isso o que distingue a obra de um escritor é a circunstância única da sua criação, a marca inconfundível do seu trabalho e do seu talento, a radical solidão do seu compromisso. “A poesia deve ser feita por todos...” anunciava, programaticamente, Lautréamont. Talvez. Mas a verdade é que é realmente feita por um só. O prémio de Saramago é, nu e inteiramente, dele. Pensar isto dá-nos uma súbita serenidade. É uma mais rigorosa, autêntica e solidária forma de assistirmos, emocionados, ao triunfo que lhe pertence. ■



ZOOM

Os jornais de um dia. Por exemplo, os de sábado, dia 10 de Outubro:

■ **LEIO NO “Expresso”** as conclusões de uma auditoria à JAE, que Cunha Rodrigues terá ignorado e Sousa Franco não terá comunicado ao Governo. Afinal, parece que havia “pots-de-vin” — mas tudo isso se passou entre 1992 e 1994. E também há umas actas alegadamente aldrabadas, isso no tempo de Garcia dos Santos. Como diria a minha mãe: mas que trapalhada!

■ **NO “DIÁRIO DE NOTÍCIAS”**, ainda a propósito do “caso JAE”, leio esta nota negati-

va sobre Sousa Franco: “O mais imprevisível e independente ministro de Guterres escreve cartas “pessoais” onde se revela desleal com um seu colega do Governo. E depois diz que inadmissível é a revelação da carta. Com franqueza...” Vamos por partes: uma coisa não tem a ver com a outra e a eventual torpeza da primeira não isenta o autor material da segunda. Porque escrever uma carta “pessoal” a pôr em causa um colega de Governo é seguramente uma acção política de sombrio recorte; mas divulgar o conteúdo de uma carta pessoal é de uma baixeza moral sem nome. Mais um bocadinho, ainda acabavam a proclamar o general

Garcia dos Santos consciência moral da Nação. Com franqueza...

■ **NO “EXPRESSO”**, Francisco Assis ataca de novo. Encorajado pelo putativo sucesso de um anterior artigo em que propunha a “nova esquerda”, o líder parlamentar do PS (re)anuncia a morte das ideologias e a emergência do “pragmatismo de esquerda”. Felizmente, no PÚBLICO, o deputado socialista Joaquim Sarmiento toma partido contrário. O debate ainda vai no adro. Voltarei a ele em próxima crónica, a propósito do “novo centro” de Schroeder e de outros equívocos semelhantes. ■



MINISTÉRIO DA CULTURA



BIBLIOTECA NACIONAL
Gabinete do Director

Homenagem da Cultura Portuguesa a José Saramago

Prémio Nobel da Literatura 1988

Por iniciativa do Ministério da Cultura e organizada pela Biblioteca Nacional, realiza-se, na próxima quarta-feira, dia 14, pelas 19h00, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, uma homenagem da cultura portuguesa a José Saramago, por ocasião da atribuição ao escritor do Prémio Nobel da Literatura.

*A cerimónia será presidida
por S. Exa. o Senhor Primeiro-Ministro,
Eng.º António Guterres, e será aberta ao público*